

Um conjunto de medidas de austeridades deverá ser adotado, nas próximas horas, como primeira ação de impacto do novo Governo, na linha dos compromissos políticos assumidos para debelar a crise econômico-financeira do País. Estão relacionados diversos itens de restrições aos gastos públicos, em todos os níveis da administração e em suas diversas áreas — direta e indireta.

O aspecto moral dessa diretriz está em induzir comportamento conveniente, nas diversas estruturas de poder, como forma de obter-se uma nova filosofia no uso dos instrumentos postos à disposição da administração pública. E, ao mesmo tempo, coibir certas práticas estratificadas ao longo dos últimos 21 anos incompatíveis com os bons costumes administrativos.

Não há dúvida alguma de que, por falta de controle adequado da autoridade ministerial e por ações omissivas do Governo, abusos estavam sendo praticados diuturnamente. Muitos administradores, até agora, confundem as facilidades que o serviço público lhes concede para a realização de suas tarefas com o uso delas para satisfação de necessidades pessoais, incluindo aí até a própria família.

Como a força política da Nova República decorre, em parte substancial, de sua proposta moralizadora, é indispensável ir imediatamente implementando-a, pa-

ra que a sociedade não seja tocada, já na alvorada desses novos tempos, pelo sentimento de frustração.

Quanto à redução drástica dos gastos públicos, parece não haver outro caminho para o início de combate consistente, articulado e sólido contra a inflação. Se algum consenso existe no controvertido campo da economia, este seguramente é no sentido de que a causa fundamental da inflação está nos gastos do Governo, em grande parte financiados com a captação de poupanças privadas e através de emissões de papel-moeda.

Um dos mais atuantes agentes inflacionários reside exatamente na expansão da base monetária, através da qual o Governo vem financiando o déficit público. Os orçamentos das empresas estatais, de regra arrombados por audaciosos e nem sempre socialmente válidos projetos, recolhe o seu equilíbrio financeiro nessas fontes altamente inflacionárias.

Como o Governo recém-instalado, premido por circunstâncias as mais adversas, não pretende retomar o ciclo dos grandes projetos, como se fez no passado recente sem proveito social algum, é possível cortar as despesas das empresas estatais em níveis substanciais. Só assim será possível recolher dos vasos comunicantes do sistema econômico alguns dos principais fatores

responsáveis pelo crescimento anormal dos preços.

A redução do déficit público é fundamental, decisivo, para ganhar-se a batalha contra a inflação. A dívida interna, da ordem de cem trilhões de cruzeiros, uma terça parte da qual vence agora em abril, não poderá continuar crescendo, sob pena de comprometer todo o esforço para debelar a inflação.

Apesar da correção das medidas anunciadas, é necessário não perder de vista alguns aspectos delicados. Todos sabem que o presidente Tancredo Neves não tem responsabilidade alguma por isso, mas a economia brasileira, produto de uma estatolatria sem limites, está sessenta por cento sob controle do Estado. Quaisquer exageros nas providências de contenção no âmbito do complexo econômico estatizado repercutirão desastrosamente sobre todo o sistema, com reflexos negativos nas estatísticas de desemprego.

Ressalvados esses aspectos, as ações contencionistas ontem divulgadas inserem-se, com bastante justeza e oportunidade, na linha da restauração das energias produtivas da Nação, um dos principais compromissos da Nova República. E, sob o ponto de vista da conveniência política, sua imediata adoção é recomendável, para sacudir, desde logo, a poeira imobilista que revestiu as instituições nos últimos 21 anos.